

UNAES – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CAMPO GRANDE
CARLOS AUGUSTO FERREIRA SÁ

**ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL: DESAFIOS
E POSSIBILIDADES**

CARLOS AUGUSTO FERREIRA SÁ

**ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Monografia apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Empresarial e Recursos Humanos, apresentada à Banca Examinadora da UNAES – Centro Universitário de Campo Grande, sob a orientação do Professor MSc. Eronildo Barbosa da Silva.

Campo Grande - MS
2005

Sá, Carlos Augusto Ferreira

S111e Economia solidária em Mato Grosso do Sul: desafios e possibilidades
/ Carlos Augusto Ferreira Sá. – Campo Grande-MS, 2005.

63p.

Orientador: Prof. MSc. Eronildo Barbosa da Silva

Monografia (Especialização) - UNAES – Centro Universitário
de Campo Grande. Curso de Pós-Graduação em Gestão Empresarial
e Recursos Humanos, 2005.

TERMO DE APROVAÇÃO

A Monografia intitulada: ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES, apresentada por Carlos Augusto Ferreira Sá, como exigência parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Empresarial e Recursos Humanos à Banca Examinadora da UNAES – Centro Universitário de Campo Grande, obteve conceito 9,5 para aprovação.

BANCA EXAMINADORA

Prof. MSc. ERONILDO BARBOSA DA SILVA (UNAES)
Orientador

Prof.^a ESP. LUZIA FÉLIX DA SILVA (UNAES)
Convidada

Prof.^a MSc. CAMILA MOREIRA DE OLIVEIRA (UNIDERP)
Convidada

Campo Grande, MS, 18 de novembro de 2005

DEDICATÓRIA

À memória de minha Mãe, Oraide Tereza, cuja garra pela sobrevivência me estimulou a não temer desafios;

À ternura de minha irmã, Nelma, que, muito antes de ser *down*, é *up* para todos nós, seus irmãos e irmãs;

À fonte de Luz, de Amor e de Vida.

AGRADECIMENTOS

Muito teria que agradecer a tantos que contribuíram com este trabalho, pois ele reflete de alguma forma o desejo possível e coletivo por um mundo melhor. No entanto, algumas pessoas se destacaram, pela sua importância num novo despertar da minha consciência e abertura para outras possibilidades, num resgate histórico e preciso das minhas raízes, que apontam para a necessidade humana de superação constante e aprimoramento da arte de viver os sonhos no coletivo.

Dentre estas, os meus amigos da Economia Solidária espalhados pelo Brasil, aos quais dedico um carinho fraterno e respeito enorme, especialmente à Maria Raimunda, do Acre, Cristiane, do Amazonas, Rui Barbosa, do Amapá, Virândia, de Roraima, Marcus, de Alagoas, Eneida e Eletice, da Bahia, Paulo Gaya, do Pará, Rubervam, do Piauí, João, de Rondônia, Marilete, de Mato Grosso, Eri vélton, de Tocantins, Carolina, de Goiás, Hilma e Ivana, de Brasília, Luciene, do Maranhão, Gustavo e Carol, do Ceará, João Guedes, do Espírito Santo, Marcelo, do Rio de Janeiro, Atílio e Dênis, de São Paulo, Liliana, de Santa Catarina, Vera e Solange, de Pernambuco, Norma e Vanessa, de Minas Gerais, Jurandi, do Rio Grande do Norte, Iara, do Rio Grande do Sul, Leila e Maria Facundes, do Paraná, Wladmir e Aduino, de Sergipe, e Manuel, da Paraíba.

À Equipe da SENAES, em especial ao Professor Paul Singer, ao Cláudio Nascimento, ao Roberto Marinho, ao Walmor Schiochet, e a tantos outros que despertam em muitos o desejo de assumir a direção na construção de um mundo melhor.

Ao meu orientador, Professor Eronildo Barbosa, pela sua disposição e simplicidade em me apontar o caminho das pedras metodológico, me estimulando sempre no caminho da busca acadêmica.

“Solidariedade é uma palavra saborosa que vale como aposta radical na generosidade do ser humano e em sua capacidade de ver o semelhante, o outro, como parceiro e amigo – não como rival e competidor”. (*Luís Inácio Lula da Silva, 2002*)

RESUMO

Este trabalho objetiva refletir sobre o processo de organização da economia solidária em Mato Grosso do Sul no período de 2000 a 2005. No Estado, diversas iniciativas vêm se desenvolvendo no campo da Economia Solidária, motivadas em especial pela ação do poder público através de políticas e projetos de Governo, como forma de resposta e viabilização de alternativas que promovam a inclusão social de milhares de pessoas em situação precária no mundo do trabalho. O propósito é resgatar, através de uma perspectiva histórica, as várias práticas solidárias e os diversos programas e projetos desenvolvidos por organizações governamentais e da Sociedade Civil direcionados à Economia Solidária e implementados especialmente nos últimos dois anos, buscando-se levantar elementos para discutir as experiências solidárias desenvolvidas em Mato Grosso do Sul, seu grau organizativo e sua participação em cooperativas de produção, comercialização e consumo. Dessa forma, tem como proposta geral identificar e analisar as práticas de Economia Solidárias existentes no Estado, levantando e caracterizando os empreendimentos de Economia Solidária e as entidades de apoio e fomento. Além da descrição do perfil e das práticas solidárias, são apresentadas as trajetórias e as diferentes formas de organização e produção autogestionárias presentes no Estado de Mato Grosso do Sul através de fotos e tabelas. Conclui-se em linhas gerais que a Economia Solidária em Mato Grosso do Sul possui um grau organizativo incipiente, não havendo uma percepção clara sobre suas dimensões e potencialidades, dependendo da ação governamental para suas ações iniciais, especialmente em cursos de capacitação e encontros que tenham como objetivo principal a definição do que seja de fato a autogestão e solidariedade.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária. Autogestão. Solidariedade.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----------|
| FIGURA 1 - REPRESENTANTES DAS DRT'S DE TODO O PAÍS, NA ABERTURA DO I ENCONTRO NACIONAL DE EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA..... | 26 |
| FIGURA 2 - I ENCONTRO DE EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MS..... | 30 |
| FIGURA 3 - DELEGAÇÃO DO ESTADO PRESENTE NO 1º ENCONTRO NACIONAL DE EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – BRASÍLIA, DF, JULHO DE 2004...31 | 31 |
| FIGURA 4 - EQUIPE GESTORA ESTADUAL NA VIDEOCONFERÊNCIA PROMOVIDA PELA SENAES - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO 08/10/2004..... | 32 |
| FIGURA 5 - MAPA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COM A LOCALIZAÇÃO DAS CIDADES PRINCIPAIS..... | 33 |
| FIGURA 6 - ABERTURA DA FEIRA “MERCADO SOLIDÁRIO” EM DOURADOS..... | 42 |

LISTA DE TABELAS E QUADRO

| | | |
|-----------------|--|-----------|
| TABELA 1 | MATO GROSSO DO SUL - SITUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS..... | 34 |
| TABELA 2 | SITUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS QUANTO AO ANO DE INÍCIO DE ATIVIDADES..... | 34 |
| TABELA 3 | QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA.. | 35 |
| TABELA 4 | QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS POR TIPO DE ASSOCIADOS..... | 35 |
| TABELA 5 | EMPREENDIMENTO - FORMA DE ORGANIZAÇÃO..... | 35 |
| QUADRO 6 | DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS POR CIDADES E REGIÕES DO ESTADO | 36 |

LISTA DE SIGLAS

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPPM – Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas para a Mulher
COGEPS – Coordenadoria de Gestão de Políticas Sociais
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DF – Distrito Federal
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
ENEES – Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FUNTRAB – Fundação do Trabalho do Estado de Mato Grosso do Sul
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
ITCP – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MS – Mato Grosso do Sul
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 14 |
| 2 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA..... | 15 |
| 3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL..... | 23 |
| 4 PERFIL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL..... | 28 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 43 |
| REFERÊNCIAS..... | 44 |
| ANEXOS..... | 47 |

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva refletir sobre o processo de organização da economia solidária em Mato Grosso do Sul no período de 2000 a 2005. No Estado, diversas iniciativas vêm se desenvolvendo no campo da Economia Solidária, motivadas em especial pela ação do poder público através de políticas e projetos de Governo, como forma de resposta e viabilização de alternativas que promovam a inclusão social de milhares de pessoas em situação precária no mundo do trabalho.

O propósito é resgatar, através de uma perspectiva histórica, as várias práticas solidárias e os diversos programas e projetos desenvolvidos por organizações governamentais e da Sociedade Civil direcionados à Economia Solidária e implementados especialmente nos últimos dois anos, buscando-se levantar elementos para discutir as experiências solidárias desenvolvidas em Mato Grosso do Sul, seu grau organizativo e sua participação em cooperativas de produção, comercialização e consumo.

Dessa forma, tem como proposta geral identificar e analisar as práticas de Economia Solidárias existentes no Estado, levantando e caracterizando os empreendimentos de Economia Solidária e as entidades de apoio e fomento. Além da descrição do perfil e das práticas solidárias, são apresentadas as diferentes formas de organização e produção autogestionárias presentes no Estado de Mato Grosso do Sul.

A presente pesquisa, além de dados bibliográficos, possui como base metodológica principal os dados referentes ao mapeamento dos empreendimentos de Economia Solidária e de Empreendimentos de Apoio e Fomento em Mato Grosso do Sul, realizados pela Delegacia Regional do Trabalho no ano de 2004 e 2005 e seus instrumentos: questionário, formulário, entrevistas, dados estatísticos e bibliográficos, registros fotográficos e matérias jornalísticas.

A investigação e a elaboração teórica sobre Economia Solidária estão em andamento em várias áreas, especialmente no campo de apoio e fomento, sendo sistematizadas as várias experiências, originando algumas publicações. Assim, torna-se fundamental o desenvolvimento e divulgação de informações sistematizadas da economia solidária, tornando visível seu perfil, abrangência e potencialidades. Neste trabalho foi dada prioridade ao estudo dos empreendimentos de Economia Solidária e de Empreendimentos de Apoio e Fomento no Estado de Mato Grosso do Sul.

Este trabalho se desenvolve em três partes distintas e complementares. Num primeiro momento, é apresentada uma breve recuperação histórica da Economia Solidária, do seu surgimento até os dias atuais, com um panorama de algumas contribuições visando a conceituação do assunto.

A seguir, na segunda parte, é apresentada uma visão geral do assunto no Brasil, onde são delineadas as ações e seus principais atores, as políticas desenvolvidas e os resultados apresentados em algumas experiências solidárias.

Finalmente, na terceira parte, é esboçado um breve perfil das iniciativas no campo da economia solidária no Estado de Mato Grosso do Sul, com a apresentação das ações desenvolvidas, os órgãos envolvidos e as comunidades atingidas, sendo explicitado também os principais dados que identificam os empreendimentos de economia solidária, quais são os seus integrantes, onde se localizam e o que produzem.

2 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Uma nova realidade no mundo do trabalho vem surgindo das crescentes mudanças estruturais, de ordem econômica e social, nas últimas décadas: a Economia Solidária¹. São diversas iniciativas provocadas pela necessidade dos trabalhadores em buscarem alternativas de geração de trabalho e renda.

Assim, encontramos milhares de pessoas organizadas coletivamente na gestão da produção econômica e lutando por emancipação. Suas principais formas de expressão encontram-se nas ações de organizações não-governamentais voltadas a projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, redes de produção, consumo e comercialização, diversas instituições financeiras voltadas ao fomento a empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de prestação de serviços, dentre muitas outras.

Visando situar o tema, buscamos apoio em uma breve recuperação histórica, efetuada em especial pelos escritos do Professor Paul Singer (2002) onde, na obra *Introdução à Economia Solidária*, discorre sobre os elementos estruturantes dessa nova forma de atuação econômica que, surgida da reação ao capitalismo industrial difundido pelas máquinas e exploração fabril da Grã-Bretanha do Século XIX, ressurgiu com força nas duas últimas décadas do Século XX.

É na história da classe operária inglesa, segundo Singer, que se forma o caráter do cooperativismo em suas origens, nascido das greves dos trabalhadores e ‘lock-outs’², reflexo da conjuntura econômica excludente e desigual provocada pelo enorme empobrecimento dos artesões, o crescimento vertiginoso do desemprego e a exploração sem limites nas fábricas, com ausência de condições mínimas de proteção ao trabalho, jornadas de trabalho excessivas, exploração do trabalho infantil, “debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade” (SINGER, 2002, p. 24).

Essa é a origem histórica da economia solidária, que Singer evidencia como uma

ligação essencial com uma crítica operária e socialista do capitalismo, onde permaneceu viva a idéia de que trabalhadores associados poderiam organizar-se em empresas autenticamente autogestionárias e desafiar assim, a prevalência das relações capitalistas de produção. (SINGER, 2002, p. 35)

Nesse aspecto, torna-se importante mencionar o papel desempenhado por Robert Owen, proprietário de um complexo têxtil em New Lanark, na Grã-Bretanha, cujo exemplo viria a inspirar outros pensadores. Owen, no início do século XIX, limitou a jornada de trabalho, proibiu o emprego de crianças e construiu escolas, oferecendo um tratamento digno aos seus trabalhadores. Com ganhos de produtividade, angariou também respeito e admiração.

Com a economia britânica em profunda depressão, Owen apresenta um plano para a construção de Aldeias Cooperativas, cujos 1.200 moradores, trabalhando na terra e nas indústrias, produziram sua própria subsistência, trocando os excedentes entre as Aldeias e reativando o fluxo do trabalho e da produção. Após a recusa do Governo em implementar suas propostas, as idéias de Owen seriam retomadas de uma outra forma pelos seus seguidores, a de constituição de sociedades cooperativas, coincidindo com uma nova expansão dos sindicatos e de organizações laborais que

¹ Segundo Pinto (*in* Economia Solidária: um elogio à associação em tempos de crise, IUPERJ, 2005, p. 14), a introdução do termo no Brasil é atribuída ao Professor Paul Singer, inicialmente no artigo “Economia solidária contra o desemprego”, publicado no Jornal Folha de São Paulo, em 11/07/1996.

² Greves patronais.

lutavam para “eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão”³ (SINGER, 2002, p. 29). Destaca-se aqui o exemplo oferecido por Pinto (2005, p. 14) da cooperativa de consumo dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, criada em 1844,

que estabeleceram princípios que ainda hoje referenciam o cooperativismo, como no caso das decisões a serem tomadas em que cada membro teria direito a um voto independentemente de quanto investiu na cooperativa, além da promoção da educação cooperativa.

Ainda de acordo com Singer (2002, p. 29,30),

Ao lado destas *cooperativas operárias* havia sociedades de propaganda owenista, que tinham como objetivo fundar Aldeias Cooperativas, atualmente chamadas de “cooperativas integrais”, pois organizavam integradamente produção e consumo.[...] Dessas sociedades originavam-se freqüentemente *armazéns cooperativos* [...] que passaram a adquirir produtos das cooperativas operárias e distribuí-los, transformando-se em centros de escambo da produção cooperativa, denominados Exchange Bazaars (bazares de troca) ou Equitable Labour Changes (bolsas equitativas de trabalho).

Esse comércio sem intermediários, além de apresentar viabilidade econômica aos seus participantes, atendia a boa parte da produção das cooperativas operárias, oferecendo um mercado em que todos pudessem trocar seus produtos. Essa característica se refletiu na criação, por Owen, do National Equitable Labour Exchange (Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo), que viria a introduzir uma moeda própria, as *notas de trabalho*, medida pelo tempo médio dispendido por um operário padrão na produção de um determinado artigo, sendo excluído o lucro⁴ na formação de seu preço.

Da experiência do cooperativismo de consumo dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, um importante centro têxtil no norte da Inglaterra, foram adotados princípios que seriam basilares e universais para o cooperativismo. Relata Singer (2002, p. 39,40):

- 1º) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa;
- 2º) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir. Por isso, esse princípio é conhecido como o da “porta aberta”;
- 3º) sobre o capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa;
- 4º) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa;
- 5º) as compras na cooperativa seriam sempre à vista;
- 6º) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados);
- 7º) a cooperativa se empenharia na educação dos cooperativados;

³ Segundo a visão de Nascimento (*in A autogestão e o novo cooperativismo*, SENAES, 2004, p. 04), “a estratégia da economia solidária autogestionária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção capitalista”.

⁴ Segundo Bottomore (verbete mais-valia, Dicionário do Pensamento Marxista, Zahar, 1988, p. 227), citando Marx, “a extração da mais-valia é a forma específica que assume a exploração sob o capitalismo [...] em que o excedente toma a forma de lucro.”

8º) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas.

Desses princípios derivaram outras formas de cooperativas (agrícolas, de compra e venda, de produção, etc.), onde se destacam as cooperativas de crédito, nascidas seis anos após a Cooperativa de Rochdale, tendo como diferencial, além da guarda e aplicação de valores, o fornecimento de empréstimos aos sócios. A idéia de cooperativas de crédito surge na Alemanha, organizadas por Schulze-Delitzsch e Wilhelm Raffeisen, após a combinação de duas grandes tragédias naturais, a perda das safras de cereais e um inverno rigoroso, que atingiu duramente os produtores e levou ambos a “procuraram remédios institucionais para a vulnerabilidade dos que vivem do próprio trabalho”. (SINGER, 2002, p. 60).

Após um período de relativa expansão econômica, em especial após a Segunda Guerra Mundial, onde ocorreu a ampliação dos direitos sociais e trabalhistas, há uma certa retração e desinteresse pela economia solidária, quando os trabalhadores se acostumam ao pleno emprego dos países centrais no período de 1940 a 1970 e se acomodam ao assalariamento, conforme Singer (2004)⁵

Essa situação viria a se transformar radicalmente a partir da segunda metade da década de 1970, com a crescente automação dos países centrais eliminando milhões de postos de trabalho formal e provocando um desemprego em massa. Pinto (2005, p.8) tratando do tema, aponta que

A flexibilização produtiva permite às empresas deslocarem territorialmente seu processo de produção, buscando mercados com vantagens locacionais e de custo da mão-de obra. A mobilidade dos investimentos força a desregulamentação dos mercados locais e nacionais nos marcos de um acirramento da concorrência interterritorial e internacional. Em articulação com essa forma externa de flexibilização, as empresas operam também uma interna, onde ocorre uma pressão em favor da redução da proteção social relativa ao trabalho. Como exemplo disso, as relações interindustriais combinarão não apenas organizações produtivas de tipos e em territórios diferentes, como também variadas formas de gestão da mão-de-obra. Ou seja, transferem-se as tarefas gerais e desqualificadas para as pequenas empresas, sob um regime precário de trabalho, ficando as grandes com o trabalho especializado e qualificado, em um regime formal.

Do acúmulo de fatores decorrentes do colapso do regime fordista de acumulação, há uma retomada da linha neoliberal, somadas a um forte retrocesso nas políticas sociais e recuo significativo da força política do sindicalismo - junto a uma clara mudança de ênfase da proteção ao trabalhador não mais sobre a defesa de seu salário, mas sobre a defesa do emprego. É assim que, nos países do terceiro mundo, chega-se a afirmar que ter um emprego formal simplesmente – por mais precário que seja – é um privilégio de poucos.

Sobre o mesmo assunto, Bertucci (2005, p.29)⁶ registra que

A reestruturação econômica e o reajustamento social advindo da flexibilização do mercado e dos processos de trabalho nas décadas de 70 e 80 confluem para uma gradual desmontagem do estado do bem-estar e para um crescente aumento do desemprego estrutural, do trabalho informal e precário, da subcontratação e dos contratos temporários.

É dessa forma que ressurgue com força a Economia Solidária, se fortalecendo num contexto de crise do mundo do trabalho, se apresentando como alternativa dos trabalhadores à precarização de direitos sociais e trabalhistas, conforme manifesta Alves (2004, p.6)⁷:

⁵ in Em defesa dos direitos dos trabalhadores, Senaes, 2004.

⁶ in A Economia Solidária do Pensamento Utópico ao Contexto Atual, UFMG / CEDEPLAR, 2005

⁷ in A Economia Solidária e os novos Paradigmas do Desenvolvimento, SENAES, 2004

Os altos índices de desemprego e precarização das relações de trabalho, contribuem para o alargamento da pobreza e da miséria de parcelas significativas da população. A reestruturação produtiva baseada nos avanços tecnológicos e nos modelos de gestão intensificadores de trabalho alterou de forma rápida e intensiva o mercado e as condições de trabalho. Milhões de postos de trabalhos foram extintos. Direitos sociais conquistados pelas lutas das classes trabalhadoras foram flexibilizados e eliminados. As condições de subemprego fragilizaram ainda mais a proteção de milhões de trabalhadores.

Nesse contexto, o Termo de Referência da Secretaria Nacional de Economia Solidária⁸ – SENAES (2004, p. 1) amplia a sua reflexão tratando da empregabilidade e do empreendedorismo, enfatizados pela perspectiva liberal, onde

A primeira se refere à capacidade de reciclagem (atualização contínua) profissional e capacidade de adaptação a diferentes áreas de atuação. A segunda se refere à mobilização e exercício da capacidade empreendedora para iniciar novos negócios, para que os desempregados se transformem em pequenos empresários. Nos dois casos a responsabilidade pela permanência, recolocação e solução da crise do trabalho são atribuídas mais a cada indivíduo em particular e não ao sistema. Já na perspectiva emancipatória, foram destacadas as variadas formas de organização do trabalho e da produção protagonizadas pelos setores populares. Experiências coletivas de trabalho e produção vêm se disseminando nos espaços rurais e urbanos, através das cooperativas de produção e consumo, das associações de produtores e empresas de autogestão. Nasceram de uma atitude crítica frente ao sistema hegemônico e se orientam por valores não mercantis como a solidariedade e a democracia.

É assim que Bertucci (2005, p. 29) afirma que

a responsabilidade pela manutenção do vínculo e da estabilidade do emprego é agora toda jogada sobre o trabalhador, que, segundo essa ideologia, deve constantemente adquirir novas habilidades frente à volatilidade de informações e de inovações para se manter no mercado.

Quanto à sua conceituação, assistimos um importante debate teórico para definir e classificar as diversas visões sobre o tema, pois, além do termo *Economia Solidária*, destacado por Paul Singer no Brasil, surgem outros, dentre os quais podemos destacar a Sócioeconomia Solidária, Economia Popular, Economia Popular Solidária, Economia de Comunhão, Economia Social, Terceiro Setor, etc.

No olhar de Singer (2004, p. 92), tratando do tema⁹,

a Economia Solidária é o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, finanças e consumo – organizadas de forma autogestionárias, ou seja, no âmbito das quais não há distinção de classe: todos os que nelas atuam são seus proprietários e todos os que são proprietários nelas trabalham.

Pode-se afirmar que a Economia Solidária é uma resposta de parte da sociedade civil às crises das relações de trabalho e ao aumento da exclusão social. Pochmann¹⁰ (2003, p. 23-24) aponta que “especialmente no segmento não-organizado do trabalho há sinais do desenvolvimento de uma fase embrionária de Economia Solidária”. Tratando do conceito, Bertucci (2005, p. 40) manifesta que

A *Economia Solidária* (ES), em primeiro lugar, é uma proposta de organização da produção alternativa ao modo de produção capitalista. Formada por diversas unidades que desenvolvem atividades econômicas e criam redes em expansão, é constituída,

⁸ Formação de Agentes de Desenvolvimento Solidário - Termo de Referência, SENAES, 2004

⁹ in Tecnologia Social: uma alternativa para o desenvolvimento, Fundação Banco do Brasil, 2004

¹⁰ in Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. 2004, p. 23-24.

segundo Singer, por empreendimentos formais e informais, caracterizados pela autogestão e pela socialização dos meios de produção e distribuição. Sua unidade básica são cooperativas de produção, consumo, comercialização, crédito, etc., onde não há separação entre capital e trabalho, sendo que tais empreendimentos se diferenciam tanto na sua forma de organização interna quanto no seu modo de articulação com a sociedade, ou com a comunidade em que atuam.

Assim, ainda de acordo com o autor supra, os meios de produção, o ‘capital’ da empresa, seguem sendo gerenciados e administrados pelos próprios trabalhadores dentro dos princípios da autogestão e cooperação, ou seja, cada trabalhador tem direito a um voto, independente da cota que lhe cabe na sociedade, resgatando-se aqui valores consagrados no cooperativismo como democracia e igualdade de direitos.

Dessa forma, vem se constituindo em um processo de organização social e econômica dos trabalhadores na geração de trabalho, renda e inclusão social, bem como do desenvolvimento local por meio da constituição de empreendimentos econômicos solidários e da articulação de redes solidárias de cooperação que, na perspectiva de Mance¹¹ (2003, p. 81), “possuem como objetivo principal a geração de trabalho e renda para as pessoas que estão desempregadas ou marginalizadas”.

Para Alves (2004, p. 6) “a Economia Solidária é uma alternativa ao modelo de desenvolvimento que produz riquezas gerando miséria, subordinando e explorando o trabalho e a natureza”. Tratando da conceituação dos termos que envolvem economia solidária e autogestão, Nascimento (2004, p. 02), oferece sua contribuição nos seguintes termos:

A reinvenção da Economia Solidária porta em si uma espécie de ressurreição de valores que fazem parte da cultura do movimento operário: solidariedade, autogestão, autonomia, mutualismo, economia moral, e outros. Nesse sentido, Economia Solidária e Autogestão, se não são sinônimos, são termos que caminham juntos. Podemos mesmo afirmar que não há autogestão sem economia solidária e que não pode haver economia solidária sem autogestão. Apesar da diversidade de conceitos, pode-se caracterizar a Economia Solidária como “o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade”. Por sua vez, a autogestão é mais um “ideal” de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modo de produção.

Para fortalecer mais ainda o argumento da autogestão, Nascimento (2004, p. 3) recupera a definição elaborada na Conferência Nacional pelo Socialismo Autogestionário¹², realizada em Lisboa em maio de 1978, ainda como fruto das experiências das comissões de trabalhadores surgido durante a Revolução dos Cravos (ocorrida em Portugal em 1974), para registrar que

na longa história da classe operária, podemos traçar cinco ondas de longa duração que apontam na perspectiva do socialismo autogestionário: 1) O movimento dos “visionários”, como Robert Owen e a gestão operária; Fourier e os falanstérios; Louis Blanc e as oficinas nacionais; Lassale e as oficinas autogestionárias; Proudhon e o

¹¹ *in* Como Organizar Redes Solidárias, DP &A, FASE, IFIL, 2003.

¹² “A autogestão é a construção permanente de um modelo de Socialismo, em que as diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontram nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no princípio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos.” (Conferência Nacional pelo Socialismo Autogestionário, Lisboa, maio de 1978).

mutualismo; Williams Morris e os pequenos grupos espontâneos; Theodor Hertzka e as comunas autogestionárias. 2) Grupos e movimentos sociais, como, marxismo, anarquismo, sindicalismo e socialismo cooperativo. 3) Revoluções ou experiências práticas de autogestão: A Comuna de Paris (1871); a Revolução Russa (1905); a revolução Socialista de Outubro de 1917; a revolução húngara de 1919; a revolução Alemã de 1919; a Revolução italiana de 1919; a revolução espanhola de 1936-1939; a revolução argelina de 1962; as revoluções no Leste europeu; na Hungria em 1956; na Polônia em 1956; a revolução Tcheca da “Primavera de Praga” em 1968; o movimento social Solidarnosc e na Polônia em 1980-81. Diversas experiências de práticas autogestionárias na Europa nos anos 60 e 70, sobretudo na França (tipo LIP), na Itália e em Portugal. 4) Novos sistemas de autogestão, com as experiências de organização na produção (co-gestão, consultas coletivas, delegados sindicais etc), a autogestão como sistema na Iugoslávia, a partir de 1950. 5) Uma onda mais recente, caracterizada pela existência em diversos países, do movimento da Economia Solidária.

Para Mance¹³ (2005, p. 2),

O termo *economia solidária* abarca muitas práticas econômicas e não há um consenso sobre o seu significado. Em geral ele está associado a práticas de consumo, comercialização, produção e serviços (entre os quais o de financiamento) em que se defendem, em graus variados, entre outros aspectos, a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, a promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES¹⁴,

A Economia Solidária ressurge hoje como resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza. Nos primórdios do capitalismo, as relações de trabalho assalariado – principal forma de organização do trabalho nesse sistema – levaram a um tal grau de exploração do trabalho humano que os(as) trabalhadores(as) organizaram-se em sindicatos e em empreendimentos cooperativados. Os sindicatos como forma de defesa e conquista de direitos dos/as assalariados/as e os empreendimentos cooperativados, de auto-gestão, como forma de trabalho alternativa à exploração assalariada. Neste cenário, sob diversos títulos - economia solidária, economia social, socioeconomia solidária, humanoeconomia, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão etc, têm emergido práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo. Mas seu horizonte vai mais além. São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

Segundo o Termo de Referência do Sistema Nacional de Informações sobre Economia Solidária (SIES), desenvolvido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego para o mapeamento dos empreendimentos de economia solidária

a economia solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, complexos cooperativos, entre outros, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo

¹³ In Redes de Economia Solidária: a expansão de uma alternativa global. Disponível em <www.milenio.com.br/mance/>, acesso em julho 2005.

¹⁴ Fonte <www.fbes.com.br>, acesso em julho 2005.

e consumo solidário.

A economia solidária, a partir de algumas dessas compreensões, se expande e se manifesta em diferentes facetas, presentes em diferentes áreas. Para oferecer uma pequena panorâmica dessas atividades, podemos citar os clubes ou as redes de troca¹⁵, o campo das finanças solidárias, ou seja, os sistemas de cooperativas de crédito (envolvendo microcrédito, poupança solidária, microfinanças, finanças de proximidade) para o financiamento de pequenos negócios.

A esse respeito, Mance (2005, p. 2) fala que

De fato, nas últimas décadas tivemos o surgimento e propagação de inúmeras práticas de colaboração solidária no campo da economia, entre as quais elencam-se: renovação da Autogestão de Empresas pelos Trabalhadores, *Fair Trade* ou Comércio Équo e Solidário, Organizações de Marca, Agricultura Ecológica, Consumo Crítico, Consumo Solidário, os Sistemas Locais de Emprego e Comércio (LETS), Sistemas Locais de Troca (SEL), Sistemas Comunitários de Intercâmbio (SEC), Rede Global de Trocas, Economia de Comunhão, Sistemas de Micro-Crédito e de Crédito Recíproco, Bancos do Povo, Bancos Éticos, Grupos de Compras Solidárias, Movimentos de Boicote, Sistemas Locais de Moedas Sociais, difusão de Softwares Livres, entre muitas outras práticas de economia solidária.

Essas experiências se multiplicaram pelo mundo e hoje se manifestam nas mais diversas instituições de crédito popular, onde se destacam atualmente o Grameen Bank (Banco da Aldeia), idealizado por um professor de economia de Bangladesh, Muhammad Yunus. Yunus “observou que a fome não resulta da falta de comida, mas da incapacidade de uma parte grande da população de comprá-la por falta de dinheiro”¹⁶. Singer (2002, p. 75).

No Brasil, podemos encontrar várias organizações creditícias atuando nesse campo, dentre os quais o Banco do Povo, inspirado nas práticas do Grammen Bank, de iniciativa institucional do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, presente em vários estados, e uma experiência da própria comunidade, o Banco Palmas¹⁷, de Fortaleza, Ceará.

O Banco Palmas oferece trabalho e renda para os moradores locais através da utilização combinada de instrumentos de crédito, produção, comercialização e consumo, dinamizando as cadeias produtivas, e consiste em

um sistema integrado de microcréditos que organiza e articula os moradores do Conjunto Palmeira, uma favela muito pobre que abriga 30 mil habitantes localizada em Fortaleza-CE, nordeste do Brasil, para produzirem e consumirem no próprio bairro. É um programa que foi criado e é totalmente administrado pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeira, dentro da lógica da socioeconomia solidária, indo muito além do simples ato de concessão do crédito como se faz nos bancos formais. As ações do banco tem início com a capacitação e empoderamento dos moradores,

¹⁵ Segundo Pinto (2005, p. 16), os clubes ou as redes de troca surgem em Vancouver, no Canadá em 1976. Na França, o primeiro clube de troca aparece na cidade de Lyon, em 1994. O clube consiste na reunião de pessoas normalmente sem uma renda regular, que se valem de “moedas sociais” para efetivar trocas de bens e serviços entre elas. “O conjunto de intercâmbios é contabilizado pela associação com o auxílio de uma moeda fictícia, e as dívidas são reguladas (mas jamais eliminadas) através de um sistema de compensação. A natureza das atividades e bens trocados é bastante diversa: guarda de crianças, aulas (língua, cozinha...), serviço de reparo em geral (em marcenaria, encanamento, eletrônica...), produtos artesanais, objetos usados, serviços de jardinagem ou domésticos, empréstimo de ferramentas, etc.”.

¹⁶ in Introdução à Economia Solidária, 2002.

¹⁷ Banco Palmas. Uma prática de socioeconomia solidária. Ágora XXI / Banco Palmas. 2003

despertando a sensibilidade para a solidariedade e a colaboração enquanto estratégia de um modelo de desenvolvimento justo e sustentável. (MELO, 2003, p. 5).

Atuam ainda nesse campo da economia solidária as chamadas empresas sociais, voltadas ao desenvolvimento de atividades produtivas ou intermediação na realocação de mão de obra no mercado, às vezes estabelecendo vínculos e contando com apoio governamental, em virtude da necessidade de financiamento público para a execução de suas atividades.

Podem também ser citadas as cooperativas, grupos ou associações voltadas à produção, comercialização e consumo solidário, desenvolvendo atividades econômicas que envolvem diferentes áreas (incluindo artesanato, alimentação, manipulação de reciclagem, prestação de serviços, etc.) que manifestam sua presença nas feiras de economia solidária, trabalhando conteúdos sobre o consumo justo, ético e solidário. Como desdobramento dessa ação última, iniciam um importante debate tratando da certificação de produtos que atestem um compromisso com o meio ambiente e a questão social do país.

Após essa breve recuperação histórica da Economia Solidária, do seu surgimento até os dias atuais com um panorama de algumas contribuições visando a conceituação do assunto, apresentamos a seguir uma visão geral do assunto no Brasil, onde são delineadas as ações e seus principais atores, as políticas desenvolvidas e os resultados apresentados em algumas experiências solidárias.

3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

O desenvolvimento da economia solidária no Brasil compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, complexos cooperativos, entre outros, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Esse setor vem se desenvolvendo no Brasil desde os últimos anos do século passado, constituindo uma resposta de parte da sociedade civil à crise das relações de trabalho e ao aumento da exclusão social.

As iniciativas de economia solidária no Brasil vêm sendo impulsionadas a partir das ações de organizações da sociedade civil (ONG's, movimentos sociais, Igrejas, incubadoras etc.), que apóiam a constituição e articulação de cooperativas populares, as redes de produção e comercialização e as feiras de cooperativismo e economia solidária, entre outras ações. Ao longo do tempo essas agências passaram a articular fóruns estaduais e regionais de economia solidária.

Muito do que se tem produzido atualmente sobre a Economia Solidária advém das próprias experimentações protagonizadas pelos atores envolvidos com o tema, geralmente reportando-se ao resgate de experiências históricas acumuladas no fluxo das lutas populares e sindicais de outros Países. Recentemente, a partir da década de 1980, o Brasil, por conta de uma inserção passiva no cenário econômico mundial, passa a exibir experiências no campo da economia solidária, em vista da precarização das relações de trabalho formais e do aumento da informalidade no mercado de trabalho. Nesse aspecto, Pochmann¹⁸ aponta que

A cada dez postos de trabalho abertos entre 1940 e 1980, oito eram assalariados, sendo sete com Carteira de Trabalho assinada; [...] a partir de 1990, somente três a cada dez postos de trabalho foram assalariados, sendo um com contrato de trabalho formal (legal) e dois informais (ilegais). Da ocupação gerada (7 a cada 10) não foi formal ou informal, mas 'alegal' uma vez que não era assalariada, para a qual não há uma regulação pública adequada, capaz de permitir a definição de formal ou informal. (POCHMANN, 2003, P. 1).

Bertucci (2005, p. 57) recuperando parte dessa história, nos conta que

No Brasil, com o apoio de políticas públicas de um governo popular, o estado do Rio Grande do Sul apresentou as primeiras experiências de economia solidária, ligadas aos movimentos rurais. Lá se desenvolveu o Cresol, maior sistema de crédito voltado para o apoio de cooperativas solidárias do Brasil e a Teia Esperança, em Santa Maria.

Importante aqui, também, o resgate da experiência da Usina Catende, na Zona da Mata de Pernambuco. Instalada em 26 mil hectares de terras, incluindo as instalações industriais, distribui-se em seis municípios da região: Catende, Jaqueira, Palmares, Água Preta, Xexéu e Maraial. Em 1993, 2.300 trabalhadores da área rural foram demitidos, ocasionando uma grave crise na região. Com a ameaça de destruição de suas casas, os trabalhadores se mobilizaram na luta pelos seus direitos trabalhistas e permanência na terra. Após várias tentativas infrutíferas de negociação com a empresa para pagamento de indenizações, ocorreram greves e manifestações exigindo o cumprimento dos direitos trabalhistas.

Ainda sobre a Usina Catende, de acordo com os relatos¹⁹

¹⁸ in Trabalho Legal, Ilegal e "Alegal": novidades da dinâmica do mercado de trabalho no Brasil. São Paulo. Maio 2003.mimeo

¹⁹ in Do "Beco dos Sapos" aos Canaviais de Catende. SENAES, 2005.

Em resposta às pressões dos trabalhadores, os usineiros desencadearam uma ofensiva visando desarticular e frear a luta dos trabalhadores. Anunciaram que a usina iria falir, gerando medo e insegurança naqueles que ainda permaneciam empregados, fragilizando a mobilização do conjunto dos envolvidos na Usina Catende. No final de 1994 a usina deixou de pagar o salário e o 13°. Isso mobilizou e deu força aos demitidos de 1993, com mais 1.500 que ainda detinham o emprego. (NASCIMENTO, 2005, p.116).

Com um administrador gerenciando a usina, com procuração dos donos da empresa, o Estado de Pernambuco fez um aporte de recursos. Com a devolução dos recursos em sua totalidade, na safra 94/95, os trabalhadores tomaram a iniciativa de pedir a falência da empresa, sendo assinada a indicação de massa falida pelo Banco do Brasil, maior credor.

Da luta dos trabalhadores, foi criada a Companhia Agrícola Harmonia, em 1998, sendo iniciada uma ruptura com o regime secular da monocultura da cana e do latifúndio. O patrimônio da usina hoje está avaliado em 62 milhões de reais, envolvendo 48 engenhos e fazendas. Dos registros coletados, Nascimento (2005, p. 117) aponta alguns números extraídos de censo realizado pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região, em 1998:

- 11.804 moradores, distribuídos por seis municípios
- População economicamente ativa (trabalhadores e trabalhadoras acima de 16 anos): 6.225 pessoas
- 1.670 crianças e adolescentes com idades entre 10 e 15 anos
- Patrimônio: um parque industrial, uma hidroelétrica que gera energia própria, uma olaria, uma marcenaria, 48 engenhos, um hospital, 7 açudes e canais de irrigação, 26 mil hectares de terras, frota de veículos e implementos, entre tratores, caminhões e enchedeiras, rede ferroviária à margem da empresa, uma bacia hidrográfica com vários rios perenes. Há dois mil hectares de lavoura de subsistência, plantados com milho, mandioca e batata doce; 14 barreiros de peixes, para reforço da agricultura familiar; 14 açudes, além do Colégio Agrícola de Palmares; 500 hectares de mandioca plantada, uma fábrica de ração, com patente cubana, pioneira no estado e no país. Foram implantados, ainda, quatro núcleos de vacas leiteiras que estão espalhados pelos diversos municípios e em vários engenhos de Catende.

Ainda de acordo com os relatos do autor supra, novas práticas administrativas foram introduzidas, autogestadas pelos próprios trabalhadores, visando a consolidação de uma empresa economicamente auto-sustentável e lucrativa, que resultaram na transformação de uma das casas-grandes em centro de formação para os trabalhadores. Dessa forma, os trabalhadores do campo e da indústria são capacitados juntos tanto nos engenhos como em seminários educativos.

Dentre as práticas de autogestão, torna-se fundamental citar um pouco da trajetória da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão – ANTEAG²⁰. A partir da falência de uma empresa produtora de calçados em Franca, SP, em 1991, nascia uma experiência autogestionária protagonizada pelos trabalhadores e o sindicato da categoria, que reabriram a empresa, reiniciaram a produção e recuperaram 450 postos de trabalho.

A partir daí, a ANTEAG se desenvolveu e se estabeleceu como referência nacional no assessoramento de empreendimentos visando a viabilidade do negócio a partir das perspectivas dos próprios trabalhadores, sendo que nos últimos dez anos, relacionou-se com 672 empresas falidas e em situação pré-falimentar. Tal experiência se dissemina hoje em diversas regiões do país atingindo mais de 32 mil postos de trabalho em diferentes setores, recuperando e mantendo o trabalho e a renda através da vontade coletiva.

Nesse aspecto, torna-se importante mencionar uma outra iniciativa surgida das Universidades, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's). Surgidas em 1988 e integrando uma

²⁰ Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia. Ministério do Trabalho e Emprego, 2004.

Rede Universitária, envolvem um conjunto de incubadoras que favorecem a transferência de tecnologia e conhecimentos para a cooperação e autogestão, constituindo-se como projetos, programas ou organismos das Universidades criados com o propósito de oferecer suporte à formação e ao desenvolvimento de Cooperativas Populares.

Após a realização do II Fórum Social Mundial, em Porto Alegre no ano de 2002, inicia-se um amplo movimento para a constituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A organização criada em 2001 para articular e mediar a participação nacional e das redes internacionais da Economia Solidária no I Fórum Social Mundial, chamado GT Brasileiro de Economia Solidária, segundo registram os arquivos do FBES²¹,

constituiu-se por organizações e redes de uma diversidade de práticas e segmentos da economia popular solidária: campo, cidade, práticas diminutas, práticas complexas, igreja, bases populares, bases sindicais, universidades, movimentos sociais populares, práticas governamentais, práticas de apoio ao crédito, práticas de redes de informação, vínculos às bases nacionais, vínculos às redes internacionais.

Na composição desse GT encontram-se a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES), o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), a Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Auto-Gestão (ANTEAG), o Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE), a Cáritas Brasileira, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB), a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT), a Unitrabalho, a Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária e a Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED).

Em 2002, o movimento elabora uma Carta propondo ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva a criação de uma política de apoio à economia solidária, que seria novamente debatida na I Plenária Nacional da Economia Solidária. Segundo ainda o registro histórico do FBES, essa Plenária inicia o debate sobre uma Plataforma, uma Carta de Princípios e a criação de um Fórum Nacional da Economia Solidária.

No III Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, RS, em 2003, o governo Lula anuncia o compromisso de criar a Secretaria Nacional da Economia Solidária²², sob a direção do professor Paul Singer, assumindo a plataforma de lutas do movimento. E é então aí que, segundo ainda o relato do FBES,

A II Plenária Nacional, no III Fórum Social Mundial, decide mobilizar as bases estaduais, até então com poucos Fóruns e articulações estaduais, para o debate sobre a identidade (carta de princípios), a plataforma de lutas, o caráter e a composição do fórum a ser criado. Com mais de 800 representantes, delegados das 18 Plenárias estaduais, a III Plenária Nacional cria o FBES, com a incumbência de articular e mobilizar as bases da economia solidária pelo país, em torno de uma Carta de princípios e uma Plataforma de Lutas, ali aprovadas, e de fazer a interlocução junto ao governo, em especial junto à recém-criada SENAES (Secretaria Nacional da Economia Solidária), definindo também a composição e o funcionamento do FBES.

Em 2003, surge então, a partir da iniciativa de organizações de assessoria e representação dos empreendimentos de economia solidária, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que reúne representações de empreendimentos de economia solidária e de organizações e gestores públicos que desenvolvem ações na área, tendo como objetivos²³

²¹ Fonte: <www.fbes.org.br>, acesso em 2005.

²² Segundo Pinto (2005, p. 20), o exemplo dessa Secretaria só tem paralelo na Secretaria de Estado de Economia Solidária durante o governo de Lionel Jospin na França.

²³ Fonte <www.fbes.org.br>, acesso em 2005.

dar visibilidade pública ao setor de economia solidária como forma de promover o reconhecimento e a promoção do direito ao trabalho associado. De outro, pretende ser um espaço de mobilização e construção de estratégias de integração no território dos empreendimentos solidários, através da construção de redes de produção, comercialização, crédito e consumo.

Uma nova oportunidade para um encontro coletivo ocorreria no I Encontro Nacional dos Empreendimentos da Economia Solidária, realizado em Brasília, DF, em 2004.



Figura 1 - Representantes das DRT's de todo o País, na abertura do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária

Fonte: Foto do Autor

O I Encontro de Empreendimentos reuniu 2.500 representantes de todos os estados brasileiros, que discutem, durante três dias, sua situação de vida e trabalho, apontando perspectivas para o setor, conforme Figura 1.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) inicia em 2004 o desenvolvimento e divulgação da Economia Solidária. O Programa *Economia Solidária em Desenvolvimento* (Plano Plurianual 2004-2007 do Governo Federal) prevê a realização de um mapeamento da economia solidária no Brasil, considerando os Empreendimentos Econômicos Solidários e as Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Com suporte nesse mapeamento foi constituído o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), composto por uma base nacional e por bases locais de informações que proporcionem a visibilidade da economia solidária e ofereçam subsídios nos processos de formulação de políticas públicas.

No âmbito do SIES, de acordo com seu Termo de Referência, considera-se economia solidária

o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão. Seus principais atributos são:

- a) **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos

específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.

- b) Autogestão: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.
- c) Dimensão Econômica: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.
- d) Solidariedade: O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio ambiente, expressando o compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

A implantação do SIES ocorre em duas fases. Na primeira, foi elaborada uma listagem de empreendimentos de economia solidária e de entidades de apoio, assessoria e fomento aos empreendimentos. Na segunda fase, em andamento, será realizada uma coleta de informações com questionário próprio, através de visitas aos empreendimentos.

No próximo capítulo, é esboçado um breve perfil das iniciativas no campo da economia solidária no Estado de Mato Grosso do Sul, com a apresentação das ações desenvolvidas, os órgãos envolvidos e as comunidades atingidas, sendo explicitado também os principais dados que identificam os empreendimentos de economia solidária, quais são os seus integrantes, onde se localizam e o que produzem.

4 PERFIL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL

a) Um necessário resgate histórico

Em Mato Grosso do Sul, diversas iniciativas vêm se desenvolvendo no campo da economia solidária, motivadas especialmente pela ação do poder público através de políticas e projetos de Governo, como forma de resposta às ações reivindicadas pelo movimento de Economia Solidária. Nesse aspecto, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2003, incorporou práticas sociais e demandas do mundo do trabalho, trazendo para o contexto institucional a implementação de políticas públicas geradoras de trabalho e renda.

No Estado de Mato Grosso do Sul, a economia solidária começou a tomar impulso e a ter mais visibilidade no início de 2004, em virtude da implementação de várias ações promovidas pela Senaes e desenvolvidas especialmente pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT)²⁴, em parcerias com o Governo do Estado de MS e outras instituições que desenvolvem políticas no mesmo campo. A DRT assume crescentemente o papel de interlocução, articulação, elaboração e execução de políticas voltadas à Economia Solidária, em virtude de sua capilaridade nacional no desenvolvimento de políticas públicas de geração de emprego, trabalho e renda.

Torna-se importante aqui salientar o papel desempenhado pela Coordenadoria de Economia Solidária da FUNTRAB - Fundação do Trabalho do Governo do Estado de MS que, desde outubro de 2003, atua no apoio e estímulo à discussão e organização dos empreendimentos através de Redes de Cooperação e Grupos de Trabalho, o que facilitou em muito a participação em eventos no decorrer do ano – seminários, cursos de capacitação, encontros temáticos, palestras, feiras, exposições, etc.

Em decorrência dessas ações, a economia solidária se fez presente na IV Edição da Feira Mulheres em Movimento, realizada no mês de março de 2004 no Centro Cultural Otávio Guizzo, em Campo Grande. Aproximadamente cinco mil pessoas visitaram a Feira, promovida pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul através de várias Secretarias de Estado, que apresentaram seus serviços institucionais. Vários setores expuseram e comercializaram seus produtos durante os cinco dias do evento, que contou ainda com oficinas temáticas, mini-cursos (um dos quais incluiu economia solidária) palestras, teatro, mostras variadas, shows e exposições artísticas.

Em 22 de março de 2004, em reunião convocada pela Coordenadoria de Economia Solidária / Fundação do Trabalho (FUNTRAB) / Governo do Estado de MS foi constituída a Rede de Empreendimentos em Economia Solidária, com a constituição de cinco Grupos de Trabalho: quilombolas, organizações religiosas, indígenas, rurais e urbanas, sendo indicados dois coordenadores por GT. Houve acompanhamento e disseminação de informações entre os componentes da Rede de Empreendimentos e áreas com atuação em economia solidária, visando à organização e participação em um Seminário Estadual e articulação entre os diversos setores e atores.

²⁴ Desde maio / 2004, ocorreram seminários, encontros, cursos de capacitação e diversas ações envolvendo o tema Economia Solidária no Estado, protagonizados pela DRT. Para a realização dos eventos, foram descentralizados recursos pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, no valor de R\$ 24.162,06, não estando inclusos nesses valores a participação de 45 empreendimentos de economia solidária no I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária (Brasília, julho /2004) que envolveram transporte, hotel, inscrições e refeições e a participação freqüente dos representantes do Estado no Fórum Brasileiro de Economia Solidária, com passagens aéreas e diárias.

A mobilização daí decorrente estendeu-se à formação da primeira Equipe Gestora Estadual (EGE) do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, constituída a partir do levantamento de parcerias institucionais e integrada pela DRT, Universidade Católica Dom Bosco, Coordenadoria de Economia Solidária da Fundação do Trabalho / Governo do Estado de MS, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Central Única dos Trabalhadores (CUT). Pela DRT, foi realizada no dia 05 de maio uma reunião da SENAES com as chefias dos setores. A EGE auxiliou na organização e articulação para o Seminário Estadual, que viria a ser realizado pela DRT em 06 de maio de 2004. Foram estabelecidas várias iniciativas para assegurar a realização do Encontro Estadual de Empreendimentos – que ocorreria nos dias 05 e 06 de junho de 2004 - e a organização para o deslocamento de uma delegação de representantes do Estado ao Encontro Nacional de Empreendimentos, em Brasília.

Após uma primeira sensibilização interna dos servidores da DRT, promovida pela SENAES, foi realizado em maio de 2004 o 1º Seminário Estadual de Empreendimentos de Economia Solidária com a participação de 167 empreendimentos, num total de 426 pessoas - integrantes de empreendimentos e entidades de apoio e fomento, universidades, entidades governamentais e não-governamentais - que, além de conhecerem o plano de ação da SENAES para o Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”, discutiram suas experiências e concepções sobre o tema, propondo algumas linhas de ação voltadas para a valorização e fortalecimento dos empreendimentos.

Nesse evento, foi feito um primeiro levantamento do perfil dos participantes através da aplicação de questionários, o qual viria a se constituir, em uma primeira fase²⁵, de base para o mapeamento da economia solidária no Estado e o desenvolvimento de sistemas locais de informações necessárias aos processos de formulação de políticas públicas, desenvolvidas no decorrer do ano.

Foram registrados inicialmente cerca de cento e sessenta e sete empreendimentos com as características comuns à economia solidária, definidos em Termo de Referência pela SENAES:

Considera-se **Empreendimento de Economia Solidária**, a organização que possua as seguintes características:

- a) São organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), suprafamiliares, cujos sócios/as são trabalhadores/as urbanos/as e rurais. Os que trabalham no empreendimento são, na sua quase totalidade, proprietários/as ou co-proprietários/as, exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados.
- b) São organizações permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, deve-se incluir empreendimentos em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica.
- c) São organizações que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.
- d) São organizações que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (incluindo as cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares administrados pelos próprios sócios/as trabalhadores/as), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a “razão de ser” da organização.

²⁵ A Fase II do Mapeamento, com a identificação e caracterização “in loco” dos Empreendimentos de Economia Solidária e Entidades de Apoio e Fomento no Estado, está sendo desenvolvida desde julho de 2005 pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, entidade âncora indicada pela Equipe Gestora Estadual, com conclusão prevista para dezembro de 2005.

e) São organizações econômicas singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.

Entende-se por **Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária** aquelas que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto, capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e de gestão e acompanhamento junto aos empreendimentos da economia solidária. São organizações não-governamentais (ONGs), serviços e entidades ligadas a igrejas, incubadoras universitárias (tecnológicas e de cooperativas populares).

Data desse período o início do processo de formação de agentes indicados pelas Delegacias Regionais do Trabalho de todo o País para atuar com economia solidária, através de curso de políticas públicas de economia solidária, realizado na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em Brasília, DF, com um total de 200 horas, sendo 80 horas presenciais divididas em duas etapas, nos meses de maio e julho de 2004. No campo dos empreendimentos, formaram-se Grupos de Trabalho²⁶ a partir das iniciativas da FUNTRAB, com reuniões periódicas e atividades conjuntas que culminaram na realização do I Encontro Estadual de Empreendimentos de Economia Solidária de Mato Grosso do Sul, realizado nos dias 05 e 06 de junho, na UNAES – Faculdade de Campo Grande.



Figura 2 - I Encontro de Empreendimentos de Economia Solidária do MS

Fonte: ASCOM – UNAES

Esse Encontro, realizado com recursos disponibilizados pela Senaes, contou com 114 participantes, empreendedores dos Grupos de Trabalho Urbano, Religioso, Indígena e Quilombolas e teve como objetivos principais a discussão das plataformas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), da pauta do Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária (ENEES) e eleição de representantes ao Encontro Nacional. O Grupo de Trabalho Rural, integrado majoritariamente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Central Única dos Trabalhadores (CUT), não participou do evento.

Nos debates foram ressaltados saberes e experiências adquiridas e a importância de se criar uma identidade para o movimento de economia solidária em Mato Grosso do Sul, afirmando suas características e princípios. Segundo depoimento de uma participante²⁷, Evaniza Mariano da Silva, integrante do Grupo de Trabalho Indígena e da Associação de Mulheres Indígenas Terena Urbano

²⁶ No Estado de Mato Grosso do Sul, a Rede Estadual de Economia Solidária está em desenvolvimento e é formada por GT's – Grupos de Trabalho, os quais são os protagonistas do processo de organização. Esses grupos estão organizados em: GT Urbano, GT Rural, GT Movimentos Sociais, GT Quilombolas, GT Indígena, GT Organizações Religiosas, GT Organizações Governamentais, GT Comunicação e GT Estudo e Formação em Economia Solidária.

²⁷ Fonte <www.unaes.br>, acesso em 2004.

(AMINTU), o evento, além de fortalecer a ação entre os grupos, "fez com que trocássemos idéias, opiniões. Essa troca de conhecimento é muito rica para nós, pois vou passar para o nosso povo o que entendi sobre economia solidária".

Entre os 45 empreendimentos selecionados para participarem do Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, que seria realizado em Brasília nos dias 09 a 11 de julho de 2004, estavam os setores de alimentação, confecção, artesanato, fitoterapia e material reciclado.



Figura 3 - Delegação do Estado presente no 1º Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária – Brasília, DF, Julho de 2004

Fonte: foto do autor

A organização e a articulação da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul obteve um novo impulso a partir daí, com uma outra perspectiva. A Campanha Nacional do Programa Economia Solidária foi lançada, folders, cartazes e o Plano de Ação da SENAES são distribuídos pela DRT às 78 Prefeituras do Estado. A Equipe Gestora Estadual de Economia Solidária foi reformulada em setembro, a partir dos desdobramentos do I ENEES, incorporando os 5 GT's de empreendimentos (quilombolas, organizações religiosas, indígenas, rurais e urbanas) e novos parceiros institucionais, dentre os quais, além da DRT, Coordenadoria de Economia Solidária da FUNTRAB, Banco do Brasil, Banco do Povo, Universidade Católica Dom Bosco, UNAES – Faculdade de Campo Grande, Instituição de Ensino Nova Era, Talher Estadual Fome Zero, Fórum Lixo e Cidadania e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (que viria a se integrar em março de 2005), entidade âncora da Fase II do Sistema de Informações sobre Economia Solidária.

Em outubro de 2004, uma videoconferência nacional promovida pela SENAES e realizada na Assembléia Legislativa do Estado faz um balanço da implantação do Sistema de Informações em Economia Solidária, as experiências estaduais na Fase I do mapeamento e as metodologias de mobilização e de listagem de empreendimentos.



Figura 4 - Equipe Gestora Estadual na videoconferência promovida pela SENAES - Assembléia Legislativa do Estado 08/10/2004

Fonte: foto do autor

Nesse mesmo mês de outubro de 2004, um curso de capacitação é promovido pela DRT e dirigido a EGE e servidores da Subdelegacia do Trabalho, em Dourados, e mais sete Agências de Atendimento do Trabalho, em Paranaíba, Três Lagoas, Corumbá, Aquidauana, Ponta Porã, Nova Andradina e Naviraí, visando a disseminação do Programa. O evento conta com 81 participantes. É importante destacar os recursos investidos pela SENAES para viabilizar a participação de representantes da Aldeia Indígena Passarinho, de Miranda, MS, na divulgação do Projeto e representação do Estado na I Conferência Internacional e Mostra de Tecnologia Social – Feira BRASILTEC 2004, realizada no mês de outubro de 2004, em São Paulo, SP.

Em novembro de 2004, novo Seminário Regional é organizado pela DRT, desta feita em Dourados, envolve 63 empreendimentos e organizações governamentais e não-governamentais da Região Sul do Estado para a sensibilização e capacitação às ações do Programa “*Economia Solidária em Desenvolvimento*”. Durante o encontro, realizado na Câmara Municipal de Dourados, é organizada uma feira, que expõe e comercializa vários produtos produzidos pelos empreendimentos, incluindo alimentos, tecelagem, objetos de decoração e brinquedos infantis.

Em dezembro de 2004, o Serviço de Apoio à Pequena e Micro Empresa (SEBRAE) realizou a Feira do Mercado Solidário, em Campo Grande, reunindo produtores e empreendimentos de economia solidária, que teve como objetivo aproveitar o potencial produtivo e estimular a cooperação como geração de emprego e oferecer oportunidade de acesso ao mercado, no ramo de empreendimentos coletivos.

b) Perfil do Estado de Mato Grosso do Sul

Visando traçar um breve panorama das diversas manifestações concretas da economia solidária no Estado, torna-se importante destacar um pouco da formação e perfil do Estado de Mato Grosso do Sul. Criado por Ato Complementar em 1977, desmembrado do Estado de Mato Grosso, o Estado, com uma área total de 358.158,7 km², compõe a Região Centro Oeste, fazendo fronteira com dois países, Bolívia e Paraguai, e divisa com cinco Estados brasileiros: Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. O Estado é dividido em duas grandes bacias hidrográficas, a do Rio Paraguai, que se constitui em uma planície e a do Rio Paraná, formada basicamente por um planalto.

Os primeiros registros de seus habitantes surgem no final do século XVI e apresentam hoje cerca de dois milhões de habitantes, distribuídos em 78 municípios localizados em 11 microrregiões geográficas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Devido à sua localização geográfica estratégica, o Estado recebeu grande influência cultural dos estados e países próximos, além da intensa imigração que teve início em princípios do século passado.

As principais atividades econômicas estão relacionadas à pecuária (o rebanho bovino atinge cerca de 22 milhões de cabeças), à agricultura (com produção de soja, arroz e milho) e mais recentemente à agroindústria e indústria da alimentação, além de extrativismo de calcário, ferro e manganês, com forte presença do setor terciário na prestação de serviços.



Figura 5 - Mapa do Estado de Mato Grosso do Sul com a localização das cidades principais
Fonte: <<http://www.guianet.com.br/ms/index.html>> , acesso em 20/07/2005

Dados levantados pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, na Fase II do projeto de mapeamento de economia solidária, com base em informações do IBGE (1998) e pesquisa realizada pela IPEA - ONU (1996), apontam que Mato Grosso do Sul tem Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,848, superior ao indicador médio do Brasil, de 0,830 e abaixo apenas do Distrito Federal, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina. No entanto, o Estado sofre com a má distribuição de renda: segundo o levantamento, 31,7% das pessoas ocupadas recebiam até dois salários mínimos e 23,36% recebiam de dois a dez salários mínimos, 39,19% não tinham rendimentos e atuavam na economia informal e apenas 4,16% tinham renda acima de 10 salários mínimos.

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Demitidos (CAGED), divulgados em julho de 2005, houve redução da oferta no emprego no Estado em 42%, passando de 19 mil vagas geradas de janeiro a junho de 2004 para 11 mil no primeiro semestre deste ano. Nos municípios com economia fundamentada no setor agrícola, registrou-se uma redução de 60% nas vagas de trabalho geradas no campo.

Em Campo Grande, capital do Estado, ainda de acordo com o CAGED, a oferta de novos empregos com carteira assinada obteve uma queda de 35,3%, passando de um saldo entre admitidos e demitidos de 3.416 vagas, em 2004, para 2.210, este ano. A redução mais expressiva foi a de vagas no

comércio, em cerca de 50%, totalizando apenas 494 contratações este ano contra 975 em 2004. Em Três Lagoas, cidade que faz divisa com o Estado de São Paulo e que desponta como pólo da indústria da transformação, a redução foi drástica: 78,5%, ou seja, de 418 vagas ofertadas para 90. Na cidade, o saldo de empregos este ano foi negativo em 290 vagas, quando no primeiro semestre de 2004 acumulou 937 novas vagas.

c) Manifestações concretas da Economia Solidária no Estado

Do levantamento efetuado através de questionários aplicados durante a Fase I, disponibilizados pela DRT e livremente preenchidos pelos empreendimentos, puderam ser constatados os seguintes indicadores²⁸:

Tabela 1 Mato Grosso do Sul - situação dos empreendimentos

| | |
|--|------------|
| Empreendimentos a serem confirmados <i>in loco</i> na Fase II | 310 |
| Empreendimentos confirmados na Fase I | 99 |
| Empreendimentos que não se enquadram como Economia Solidária | 46 |
| TOTAL | 455 |

Fonte: site <www.sies.mte.gov.br>; acesso em 15/07/2005.

Considerando os dados expressos na Tabela 1, torna-se importante salientar que uma análise prévia dos empreendimentos foi efetuada pela Equipe Gestora Estadual do *Programa Economia Solidária em Desenvolvimento*, sendo avaliados de acordo com as características definidas pelo Termo de Referência da SENAES. Em decorrência da forma de preenchimento dos questionários e da ausência de mecanismos de aferição *in loco* de seus resultados, optou-se pela confirmação de dados na Fase II do Programa.

Tabela 2 Situação dos empreendimentos quanto ao ano de início de atividades

| Ano de Início da Atividade | Número de Empreendimentos |
|-----------------------------------|----------------------------------|
| 1980 | 1 |
| 1982 | 1 |
| 1985 | 1 |
| 1988 | 1 |
| 1989 | 3 |
| 1990 | 12 |
| 1991 | 4 |
| 1992 | 6 |
| 1993 | 4 |
| 1994 | 5 |
| 1995 | 7 |
| 1996 | 4 |
| 1997 | 4 |
| 1998 | 1 |
| 1999 | 10 |
| 2000 | 17 |
| 2001 | 12 |
| 2002 | 16 |
| 2003 | 13 |
| 2004 | 37 |
| TOTAL | 159 |

Fonte: site <www.sies.mte.gov.br>; acesso em 15/07/2005.

²⁸ Dados extraídos do site <www.sies.mte.gov.br>; acesso em 15/07/2005.

A Tabela 2 oferece uma mostra da ampliação dos empreendimentos e do movimento de economia solidária nos últimos anos, especialmente a partir de 1990.

Tabela 3 Quantidade de empreendimentos por atividade econômica

| | |
|---|-----------|
| Agricultura - Agropecuária - Agroindústria | 52 |
| Agricultura - Agropecuária – Agroindústria | 12 |
| Comercialização / Troca | 6 |
| Consumo (bens de consumo, habitação, saúde, etc.) | 1 |
| Crédito / Fundo Rotativo | 9 |
| Extrativismo (pesca, silvicultura, exportação florestal, mineração, etc.) | 1 |
| Outra | 6 |
| Prestação de serviços (alimentação, consultoria, limpeza, serviços gerais, etc.) | 30 |
| Prestação de serviços (alimentação, consultoria, limpeza, serviços gerais, etc.) | 23 |
| Produção (indústria, artesanato, confecções, etc.) | 76 |
| Produção (indústria, artesanato, confecções, etc.) | 68 |
| Total | 28 |
| | 5 |

Fonte: site <www.sies.mte.gov.br>; acesso em 15/07/2005.

Quanto à distribuição dos empreendimentos por atividade econômica, registramos que os números apresentados na Tabela 3 apresentam algumas discrepâncias, em virtude da forma como os questionários foram preenchidos, em especial nas autodeclarações, feitas pelos próprios empreendimentos. Tal situação deverá ser sanada na Fase II do mapeamento, com a visita *in loco* pelas equipes de pesquisadores responsáveis pela ação.

Tabela 4 Quantidade de empreendimentos por tipo de associados

| | |
|----------------------------|-------------|
| Famílias associadas | 1015 |
| Pessoas físicas | 2673 |
| Total | 3688 |

Fonte: site <www.sies.mte.gov.br>; acesso em 15/07/2005.

Na Tabela 4, no que se refere a quantidade de empreendimentos por tipo de associados, registra-se uma presença significativa de famílias associadas, reflexo das características do ramo de produção econômica em que estão inseridas e das alternativas buscadas para a organização do empreendimento.

Tabela 5 Empreendimento - forma de organização

| | |
|---|------------|
| Grupo Informal | 95 |
| Associação | 196 |
| Cooperativa | 108 |
| Rede / Central de Associações / Complexo Cooperativo e similares | 4 |
| Outra | 2 |
| Total | 405 |

Fonte: site www.sies.mte.gov.br; acesso em 15/07/2005.

Quanto à forma de organização do empreendimento, na Tabela 5, nota-se uma predominância da ocorrência de associações, obtendo número quase igual aos grupos informais e cooperativas

somadas. Isso se deve em grande parte ao processo de organização econômica do mercado, tendo em vista a garantia de sobrevivência do empreendimento em um ambiente de produção e gestão coletiva incipiente e pouco conhecido pelos associados.

Do total de empreendimentos identificados no Estado, que foram entrevistados pela equipe da DRT ou fizeram autodeclaração via sítio do Ministério do Trabalho e Emprego disponibilizado na Internet, pode-se considerar sua distribuição geográfica de acordo com as cidades e microrregiões onde estão localizados, de acordo com o Quadro 6, onde é detalhada a distribuição dos empreendimentos, percebendo-se a presença da economia solidária em praticamente todas as cidades e regiões de Mato Grosso do Sul.

Quadro 6 Distribuição dos empreendimentos por cidades e regiões do Estado

| Região | Número de Empreendimentos em cada Cidade |
|---------------------|--|
| 01 - Alto Taquari | Alcinópolis, Camapuã (04), Coxim (03), Pedro Gomes (01), Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste (04), Sonora (02) |
| 02 - Aquidauana | Aquidauana (10), Anastácio (04), Dois Irmãos do Buriti (03), Miranda (11) |
| 03 - Baixo Pantanal | Corumbá (10), Ladário (01), Porto Murtinho |
| 04 - Bodoquena | Bodoquena (02), Bela Vista (02), Bonito (03), Caracol (01), Guia Lopes da Laguna (01), Jardim (02), Nioaque (04) |
| 05 - Campo Grande | Campo Grande(97), Bandeirantes, Corguinho (07), Jaraguari (05), Rio Negro, Rochedo (01), Sidrolândia (11), Terenos (02) |
| 06 - Cassilândia | Cassilândia, Chapadão do Sul (04), Costa Rica (02) |
| 07 - Dourados | Dourados (43), Amambaí (06), Antônio João, Aral Moreira (01), Caarapó (01), Douradina, Fátima do Sul (07), Itaporã (04), Juti (03), Laguna Carapã, Maracaju (01), Nova Alvorada do Sul, Ponta Porã (03), Rio Brilhante (07), Vicentina |
| 08 - Iguatemi | Iguatemi (01), Angélica (02), Coronel Sapucaia, Deodápolis (01), Eldorado (02), Glória de Dourados, Itaquiraí (09), Ivinhema (02), Japorã, Jateí (01), Mundo Novo (04), Naviraí (04), Novo Horizonte do Sul (01), Paranhos, Sete Quedas, Tacuru (01) |
| 09 - Nova Andradina | Nova Andradina (06), Anaurilândia (01), Bataguassu (01), Bataiporã (01), Taquarussu (01) |
| 10 - Paranaíba | Paranaíba (05), Aparecida do Taboado (01), Inocência, Selvíria |
| 11 - Três Lagoas | Três Lagoas (05), Água Clara, Brasilândia (02), Ribas do Rio Pardo (01), Santa Rita do Pardo (01) |

Fonte: <<http://www.guianet.com.br/ms/index.html>>, acesso em 20/07/2005

d) Um breve panorama das ações e os seus principais atores

Das instituições públicas que possuem em seus planos de ação políticas voltadas à promoção e desenvolvimento da economia solidária, destacam-se alguns projetos, relatados pelos próprios protagonistas após esforços para a compatibilização e unificação de diretrizes de ação, visando atuação conjunta ou complementar em algumas áreas envolvendo comunidades e/ou empreendimentos. Destes, passamos a descrever algumas ações que foram objeto de intensa mobilização no ano de 2004 e que continuavam tendo seguimento no primeiro semestre do ano de 2005.

Ações da Coordenadoria de Economia Solidária da Fundação do Trabalho – FUNTRAB / Governo do Estado de Mato Grosso do Sul:

O Projeto Piloto da Vila Nasser, em Campo Grande, MS, foi desenvolvido na comunidade no período de 31 de Julho a 25 de Setembro de 2004, aos sábados, num total de 16 horas-aula. Consistiu em um Curso de Economia Solidária, compreendendo os seguintes tópicos:

- a) Conhecimento da Realidade da Comunidade – Visão Holística;
- b) Organização do Trabalho e Modos de Produção;
- c) Economia Solidária – História, Conceito, Princípios e Organização de Redes de Economia Solidária;
- d) Perfil Sócio-Econômico, de Consumo, Sócio-Profissional da Comunidade e Identificação das Atividades Geradoras de Renda;
- e) Elaboração de Projetos, Metodologia Organizacional e Administração Autogestionária de Unidades Coletivas de Produção/Serviços e Construção de Parcerias com Instituições da Comunidade, e da Sociedade Civil, Pública e Privada;
- f) Estruturação dos Grupos de Produção e Plano de Atividades por Unidades Produtivas/Serviços;
- g) Aproveitamento de Quintais, Equipamentos Comunitários, Reciclagem e Metodologia para a Elaboração de Jornal Comunitário.

Em decorrência do Curso, foram criados quatro Grupos de Produção assim distribuídos:

1) GRUPO DE PRODUÇÃO DE ARTESANATO

O Grupo, batizado com o nome Artesãos da Vila Nasser e Região do Segredo, possui um total de 30 participantes. Os produtos a serem elaborados envolvem artesanato em geral, biscuit, crochês, tricôs, bordados, MDF, cerâmicas e pinturas em tecidos.

2) GRUPO DE PRODUÇÃO DE VESTUÁRIO

O Grupo Confecções Comunitárias possui 11 participantes e tem como principais produtos roupas adultas e infantis, chinelos e calçados em geral.

3) GRUPO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTAÇÃO

O Grupo Cozinha da Economia Solidária Sabor e Delícias possui 14 participantes que produzem refeições, bolos, tortas, biscoitos, salgados, doces e alimentos em geral.

4) GRUPO DE PRODUÇÃO DE HIGIENE E LIMPEZA

O Grupo Josil – Produtos de Limpeza tem um total de 18 participantes que produzem sabão líquido e em barras, detergentes, amaciantes e outros produtos de limpeza e higiene.

Os Grupos expuseram os seus primeiros produtos fabricados por conta própria na Feira Industrial do Pantanal - FEIPAN/2004, realizada em outubro de 2004 em Campo Grande, e na 1ª Feira dos Artesãos da Associação Comunitária da Coophasul, ocorrida em novembro do mesmo ano. Em ambos os eventos, ocorreu uma boa aceitação do público, conforme aferido pela comercialização dos produtos expostos. Todos os grupos elaboraram Projetos, que estão atualmente em fase de

desenvolvimento.

De acordo com a Coordenadoria de Economia Solidária da FUNTRAB, as prioridades atuais dos grupos de produção são as seguintes:

- a) um local a ser definido para o trabalho de produção e comercialização destes grupos (por enquanto os grupos se reúnem, produzem seus produtos na casa de uma participante do grupo de produção de artesanato).
- b) assessoria técnica de profissionais liberais (Administrador, Economista, Contador, Advogado, etc.) que queiram dar sua contribuição no planejamento, controle e orientação, bem como o auxílio de estagiários universitários na execução e acompanhamento da produção destes grupos.
- c) cursos de aperfeiçoamento, capacitação, treinamentos e oficinas práticas para todos os participantes dos grupos de produção.
- d) parcerias com Entidades Governamentais, ONGs, e financeiras, para apoio em feiras, exposições e linhas de créditos, posteriormente, para um melhor desenvolvimento destes grupos.

Ações voltadas à Economia Solidária desenvolvidas em conjunto por órgãos do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul em Piraputanga, Distrito de Aquidauana:

Em Piraputanga, há um Programa Piloto, desenvolvido pela Coordenadoria de Economia Solidária / FUNTRAB, Coordenadoria de Gestão de Políticas Sociais (COGEPS) e Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas para a Mulher (CEPPM), com 20 projetos em curso, sendo 13 com participação irrestrita e 07 exigindo dedicação exclusiva, tendo como público alvo uma população de 745 habitantes, sendo que destes, 29% integram o Programa de Segurança Alimentar do Governo Federal. Estão divididos em três áreas:

1) Comissão de Artesãos - Grupo de artesãos Piraputanga: o grupo possui 17 integrantes e tem como produção artesanato com sementes, escultura em pedra e cerâmica, adornos em tecido pintados no local com anéis de cerâmica, aplique de sementes, etc., onde a busca pela identidade regional está sempre presente. Após o investimento estadual inicial com a realização das oficinas de arte e cultura o grupo caminha em busca da formalização, além de estar passando por uma boa fase produtiva.

2) Comissão de Mulheres - Núcleo de beleza da Mulher: o grupo possui 11 integrantes (manicuras, pedicuras e cabeleireiras), tendo como produção corte, penteado, manicure e pedicure. Após receber treinamento profissional do SENAI, está equipado e instalado na comunidade.

3) Comissão de Jovens - Grupo Piraturismo: integrado por 10 jovens, tem como produção os serviços de turismo, iniciantes na promoção de eventos de entretenimento, culturais e esportivos, trilhas, rapel e passeios turísticos.

Projetos realizados em Campo Grande e financiados pelo Fundo de Investimento Cultural (FIC)

O Projeto Fortalecendo o Núcleo de Produção de Cerâmica foi realizado no Conjunto Residencial Maria Aparecida Pedrossian e teve 50 alunos participantes, com uma carga horária de 44 horas, no período de 19/10/2004 a 19/04/2005.

O Projeto Estamparia Artesanal (pintura em tecido, batik, tingimentos), foi realizado na Furnas de Dionísio no período de 03/06/2004 a 03/12/2004, tendo 40 alunos participantes.

O Projeto Bonecas de pano e pintura de tecido contou com 16 alunos, com uma carga horária de 96 horas, tendo início em 10/08/2004, na Comunidade Tia Eva.

O Projeto Mulheres Tecendo a Vida foi realizado nos bairros Jardim Pênfigo /Santo Amaro /Vila Popular, tendo 30 participantes, com uma carga horária de 72 horas, no período de 10/10/2004 a 26/11/2004.

Projetos desenvolvidos pela Divisão de Inclusão Produtiva / Departamento de Ação Comunitária da Prefeitura Municipal de Campo Grande

Os Núcleos de Prestação de Serviços resultam do Programa de Capacitação e Geração de Renda e envolvem sensibilização, treinamento específico, orientação gerencial e apoio à produção coletiva geradora de trabalho e renda. Este programa proporciona atividades específicas (cursos), além de oferecer apoio a iniciativas individuais (pequenos negócios) e /ou produção coletiva geradora de trabalho e renda.

Sua atuação se faz presente em 12 núcleos de produção e 20 em atividades de capacitação, distribuídos em quatro Incubadoras²⁹, localizados nos bairros Mário Covas, Santa Emília, Zé Pereira e Estrela D'Alva. Os principais núcleos de produção são:

1) Núcleo de Artesanato Marabá: O Núcleo de Trabalhos Manuais possui como atividades principais a confecção de pano de prato, caminho de mesa, pano de bandeja, avental, bate mão e jogo de cozinha, com bordados, crivo, pintura e crochê. Iniciou suas atividades em 24 de agosto de 2004, com 11 participantes, em situação informal. Cada membro do núcleo investiu R\$ 30,00 reais para compra de matéria prima para início dos trabalhos, sendo que 30% da venda fica para o caixa do Núcleo para compra de material e despesas.

Os equipamentos e insumos utilizados pelo Núcleo são: tecido, tinta para tecido, pincel, linha para crochê, aplique, cola e abre casa. Possuem como dinâmica de trabalho a divulgação e prestação de serviços, sendo que todos os componentes estão envolvidos na confecção e venda dos produtos. Os dias de produção são às terças-feiras e quintas-feiras, das 13h às 16h, com uma média de produção mensal de 45 peças, que são comercializadas na Praça dos Migrantes, Terminal General Osório, na loja “Espaço da Arte” e eventos.

A Secretaria Municipal de Assistência Social oferece assessoria técnica por período indeterminado, capacitação do módulo básico sobre formação de preço, controle financeiro e técnica de vendas em parceria com SEBRAE, repasse de matéria prima, como motivação; os espaços de venda e divulgação do trabalho encontram-se em viabilização. O local de produção é na Rua China, 150, Vila Margarida.

2) Núcleo de Artesanato Aero Rancho: o Núcleo de Trabalhos Manuais tem como atividades a

²⁹ Incubadoras ativas em Campo Grande: Casa de Ensaio: Centro de Arte, Educação, Cultura Social e Meio Ambiente; FADEMS - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação de MS; Incubadora Municipal Estrela Dalva; Incubadora Municipal Mario Covas; Incubadora Municipal Santa Emília; Incubadora Municipal Zé Pereira; Incubadora Tecnológica da UCDB; Incubadora Tecnológica da UNIDERP; No Interior do Estado de MS: Fênix - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da UEMS – Dourados; Incubadora da Prefeitura Municipal de Rio Brillhante; Incubadora Empresarial de Agronegócios de Maracaju.

confeção de pano de prato, caminho de mesa, pano de bandeja, avental, bate mão e jogo de cozinha, com bordados, crivo, pintura e crochê. Teve início em 06 de junho de 2004, com treze participantes em situação informal. Possui como dinâmica de trabalho a divulgação e prestação de serviços. A atividade dos componentes do Núcleo é a confeção e venda dos produtos. Com os produtos confeccionados com o material oferecido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, o Núcleo tem hoje R\$ 300,00 reais em caixa.

Os equipamentos e produtos utilizados são: tecido, máquina de costura, linha para costura, tinta para tecido, pincel, emborrachado, barbante, linha para crochê, aplique, cola e abre casa. O local de produção é na Unidas Aero Rancho, Rua Globo de Ouro, s/n°. Os dias de produção são às terças-feiras e quintas-feiras, das 7:30h às 11h, com uma média de produção mensal de 30 peças, que são comercializadas em domicílio e entre amigos. A Secretaria Municipal de Assistência Social apóia com assessoria técnica e orienta para o trabalho em grupo em parceria com SEBRAE, além do repasse de matéria prima, como motivação.

A Fundação Social do Trabalho da Prefeitura Municipal de Campo Grande (FUNSAT) também promove quinzenalmente edições do projeto Feira da Gente, desenvolvido em parceria com o Serviço de Apoio à Pequena e Micro Empresa (SEBRAE). O evento é realizado aos sábados, das 8 às 15 horas, na Praça Ary Coelho, em Campo Grande, e tem a participação de pequenos empreendedores financiados pelo Programa de Microcrédito Produtivo e Solidário - CREDIGENTE³⁰, dos ramos de confeção, artesanato, serviços e alimentação, programa de crédito semelhante ao desenvolvido pelo Banco do Povo³¹, de iniciativa do Governo do Estado.

A Feira da Gente trabalha com um sistema de rodízio entre os participantes do programa, dando aos empreendedores a oportunidade de apresentarem suas produções e serviços ao mercado.

Segundo dados do Programa CREDIGENTE, da Prefeitura Municipal de Campo Grande,

durante o período de dois de janeiro a quatro de maio desse ano, foram analisadas 110 operações de crédito no valor de R\$ 186.896,19 (cento e oitenta e seis mil, oitocentos e noventa e seis reais e dezenove centavos). Destas, foram aprovadas e liberadas 92 operações de microcrédito, perfazendo um total de R\$ 119.486,29 (cento e dezenove mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e vinte e nove centavos). O valor mínimo liberado foi de R\$ 250,00 e o máximo de R\$ 15.000,00, perfazendo uma média de R\$ 1.298,76. Foram beneficiadas pessoas físicas, jurídicas e empreendedores das incubadoras da prefeitura.

Projetos desenvolvidos pelo Serviço de Apoio à Pequena e Micro Empresa - SEBRAE

No decorrer do ano de 2004, em decorrência em grande parte do estímulo e organização das Feiras de Mercado Solidário, realizadas em setembro, em Dourados, e em dezembro, em Campo Grande, iniciou-se uma aproximação do Serviço de Apoio à Pequena e Micro Empresa (SEBRAE /

³⁰ Criado em 2003, o CREDIGENTE tem como objetivo aumentar as oportunidades de trabalho, emprego e renda dos trabalhadores que participam de iniciativas comunitárias ou individuais, garantindo o acesso ao crédito da população excluída, visando a promoção do desenvolvimento. As linhas de crédito são: convencional; incubadora; PETI (destinada às famílias beneficiárias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil); social; Feira da Gente e assistência ao crédito.

³¹ Implantado no final de 1999, o Banco do Povo de Mato Grosso do Sul registrou a liberação de 8 mil créditos e 22 mil pessoas atendidas – cerca de R\$ 12 milhões. Oferece, através do microcrédito, alternativas para o empreendedor iniciar ou ampliar um micro ou pequeno negócio. No Estado, são onze agências, quatro postos avançados e a agência itinerante, que já visitou 43 municípios. A equipe técnica do Banco do Povo, através de visitas de acompanhamento, busca conhecer a realidade de cada um dos novos empreendedores em seus mais variados ramos econômicos.

MS) junto aos empreendimentos de economia solidária. Nas reuniões que viriam a se realizar, especialmente a partir de janeiro de 2005, ressalta-se o propósito principal do órgão para a área, a “agregação de valor aos empreendimentos para oferecer competitividade no mercado - superando a escala de produção fragmentada, com base na manufatura de matéria-prima - utilizando para isso uma ferramenta de gerenciamento interno, a Gestão Estratégica Orientada para Resultados (GEOR)”.

Dessa forma, visam o atendimento das necessidades dos clientes através da construção de rede de apoios. A definição de indicadores é feita através da “análise de performance dos resultados da gestão e elevação da credibilidade”. Nesta etapa, foram escolhidos 15 grupos para orientação técnica e atuação integrada, assim definidos:

1. Grupo de Artesãos Piraputanga
2. Núcleo de Beleza da Mulher Grupo Piraturismo
3. Fortalecendo o núcleo de produção de cerâmica - Associação de Mulheres Maria Aparecida Pedrossian
4. Estamparia Artesanal (pintura em tecido, batik, tingimentos)
5. Bonecas de pano e pintura de tecido
6. Artesãos da Vila Nasser e Região do Segredo
7. Confecções Comunitárias
8. Cozinha da Economia Solidária Sabor e Delícias.
9. Josil - Produtos de Limpeza
10. Núcleo de Artesanato Marabá
11. Núcleo de Artesanato Aero Rancho
12. Associação de Mulheres da Vila Amapá, Aimoré e Nogueira
13. Refazendo a história costurando o futuro
14. Mulheres tecendo a vida
15. Núcleo de produção de doces

Assim, segundo informam os relatórios do SEBRAE, sua concepção de *Mercado Solidário* envolve um projeto de economia solidária “com a estratégia do comércio justo (*fair trade*), dentro de uma abordagem envolvendo gestão (transparente, justa, respeitosa) e produção ecologicamente correta, com respeito às condições de trabalho e questões de gênero e mercado”.

Sua proposta de atuação consiste em cinco etapas, envolvendo conhecimento e identificação, diagnóstico situacional, desenvolvimento do plano de ação, monitoramento e gerenciamento e avaliação - com análise quantitativa e qualitativa, melhorias socioeconômicas, ações previstas e realizadas.

Projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Dourados - MS

Em Dourados, segunda maior cidade do Estado, a economia solidária ganhou mais visibilidade a partir do envolvimento da Prefeitura Municipal. Várias ações são desenvolvidas no Município, muitas protagonizadas pela atuação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária, que desenvolve programas e projetos voltados à área. Dentre estas, se destacou a edição da feira Mercado Solidário, realizada na praça Antonio João, sendo promovida pelo SEBRAE/ MS em parceria com a Associação Comercial e Industrial de Dourados, Prefeitura Municipal, Fundação de Cultura e de Esportes, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária.

O evento reuniu 44 grupos produtivos de 11 municípios no estado de Mato Grosso do Sul, durante três dias. Participaram empreendedores das cidades de Caarapó, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Itaquiraí, Juti, Mundo Novo, Ponta Porã e Rio Brillhante, que comercializaram artesanato, móveis, produtos de limpeza e confecções, além de produtos típicos da culinária da região.

Dentro dessa política, trabalham a organização de uma Rede por segmentos, dentre os quais prestação de serviços, segurança alimentar, confecção e vestuário, artesanato (serigrafia, estamparia, bijuteria), alimentação (padaria, quentinha caseira) e produtos de limpeza.



Figura 6 - Abertura da Feira “Mercado Solidário” em Dourados

Foto: Juliana Oliveira - Dourados News, Sexta-feira, 05/11/2004

A Secretaria orienta ainda a oferta de cursos de artesanato, bijuteria, cestaria, corte de cabelo, culinária, eletricitista, garçom, informática, lingerie, panificação, pintura (cerâmica, tecido), serigrafia e manicura / pedicura. O projeto alcança cinco regiões, sendo também estendido a três assentamentos rurais, envolvendo 250 famílias com atividades agrícolas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho objetivou o levantamento de um perfil mínimo para a descrição das diferentes práticas do exercício da solidariedade e autogestão na geração de trabalho e renda em Mato Grosso do Sul, identificando como e aonde ocorrem essas modalidades de ocupação econômica, apontando os seus principais atores.

Dado esse quadro, podemos considerar algumas premissas gerais a partir da observação do universo pesquisado. Assim, evidenciam-se algumas impressões onde se destaca o fato de que as pessoas que atuam no campo da Economia Solidária em Mato Grosso do Sul possuem um grau organizativo incipiente e não se reconhecem como tais, ou seja, devido à sua complexidade e dinâmica, a Economia Solidária ainda é pouco conhecida, não havendo uma percepção clara sobre suas dimensões e potencialidades.

Considerando a proposta apresentada, a de buscar um conhecimento sistematizado sobre a formação dos empreendimentos de economia solidária, as suas dificuldades de funcionamento e expansão, incluindo os desafios da participação democrática na gestão dos meios de produção e das atividades econômicas desenvolvidas, algumas dificuldades se sobressaíram e podem ser pontuadas.

Destacam-se dessa forma, grosso modo, em: 1. resistência e desconfiança de prefeituras e outros organismos que atuam na área, que não se dispõem à integração de ações por conta de diferenças políticas ou ausência de visão mais estratégica do assunto. 2. desinformação ou inexistência de identidade dos empreendimentos sobre o tema, ou seja, quem pratica economia solidária não se enxerga como tal. 3. ausência de integração das políticas governamentais que atuam no campo da Economia Solidária. 4. desconfiança dos setores historicamente excluídos da política e ações governamentais. 5. dificuldades de articulação política e institucional entre os diversos setores, muitos da esfera governamental, com políticas semelhantes e muitas vezes concorrenciais.

Por ser uma situação muito nova no Estado, a economia solidária depende substancialmente da ação governamental para suas ações iniciais, especialmente na necessidade da oferta de participação em cursos de capacitação e encontros que tenham como objetivo principal a definição do que seja de fato a autogestão e solidariedade e a discussão de suas potencialidades.

Pelas próprias características culturais formadoras do Estado, a perspectiva do campo da economia solidária é bastante ampla, carregando enormes possibilidades objetivas de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Roberto Marinho. **A Economia Solidária e os novos Paradigmas de Desenvolvimento: Sustentabilidade, Solidariedade e Territorialidade**. Brasília. 2004. Mimeo
- _____. **Dilemas e Perspectivas da Construção Local e Territorial do Desenvolvimento Sustentável e Solidário**. Brasília. 2005. Mimeo
- ANTEAG. **Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia**. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE. 2004
- _____. **Autogestão**. Ano 4, n.º 2, 2000.
- _____. **Empresa Social e Globalização – Administração Autogestionária: Uma Possibilidade de Trabalho Permanente**. Vários autores. São Paulo. 1998.
- BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **A Economia Solidária do Pensamento Utópico ao Contexto Atual: um estudo sobre experiências em Belo Horizonte**. 2005. 126 p. Dissertação (Mestrado em Economia). UFMG/CEDEPLAR.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Trad. Waltensir Dutra. 2ª ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1988.
- CORAGGIO, José Luís. **La propuesta de economía solidária frente a la economía liberal**. Conferencia sobre Economia Solidária. Disponível em <www.fronesis.org>. Acesso em 15 julho 2005.
- _____. **Problematizando la economía solidária y la globalización alternativa**. Disponível em <www.fronesis.org>. Acesso em 15 julho 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** (Saberes necessários à prática educativa). Disponível em <<http://www.sabotagem.cjb.net>>. Acesso em 15 julho 2005.
- FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro. 2004. 216 p.
- FUNTRAB – Fundação do Trabalho e Economia Solidária – Governo de Mato Grosso do Sul. **Relatório do I Seminário de Economia Solidária em Desenvolvimento**. Maio 2004
- GONÇALVES, Wagner. **A nova Lei de Falências e os Empreendimentos Autogestionários**. MTE / IPEA / ANPEC. Brasília. 2005. mimeo
- HARNECKER, Marta. **Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico**. 2ª ed. São Paulo. Global. 1983.
- HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Trad. Waltensir Dutra. 21ª ed. rev. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 1986.
- KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.) **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. 104p.
- _____. e BECHARA, Fábio José. **Prestando Contas: Um balanço da SENAES em 2004**. Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES. Ministério do Trabalho e Emprego. Janeiro 2005
- MANCE, Euclides A. (org). **Como Organizar Redes Solidárias**. Rio de Janeiro. DP & A, FASE, IFIL, 2003. 392 p.

_____. **Redes de Economia Solidária**: a expansão de uma alternativa global. Disponível em <www.milenio.com.br/mance/>. Acesso em: 20 julho 2005.

McKINSEY & COMPANY. **Relatório: Eliminando as Barreiras ao Crescimento Econômico e à Economia Formal no Brasil**. São Paulo. 2004. 57 p.

MELO, João Joaquim de. **Banco Palmas**: uma prática de socioeconomia solidária. *Ágora XXI / Banco Palmas*. Quito, Equador. Programa de Gestão Urbana UN/HABITAT. Maio 2003. 39 p.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Chance de virar o jogo. **Revista do Trabalho**. Edição Nº 1- abr/mai/jun 2005. Págs. 20 a 23.

MORUS, Thomas. **A Utopia**. Trad. Luís de Andrade. Rio de Janeiro. Ediouro.s/d

NASCIMENTO, Cláudio. **A Autogestão e o Novo Cooperativismo**. Brasília 2004 mimeo

_____. **Conselhos, Estado e Democracia**. Brasília 2004 mimeo

_____. **Do “Beco dos Sapos” aos Canaviais de Catende**. Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES. Departamento de Estudos e Divulgação. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília. 2005. 154 p. mimeo.

_____. **O Programa da Comuna de Paris**. Mimeo. s/d. 16p.

_____. **Verbete: Socialismo Autogestionário**. Brasília 2004 mimeo

NOGUEIRA, Marco Aurélio. A agenda cristalizada: reforma do Estado e Sociedade Civil no Brasil. **Revista italiana Critica Marxista**, nº 04, jul-ago 2000

NUNES, Luiz Antonio Rizzato. **Manual de Monografia**. Como se faz: Uma Monografia. Uma Dissertação. Uma Tese. 3ª Edição. rev. ampl. atualiz. São Paulo. Saraiva. 2002.

PINTO, José Roberto. **Economia Solidária**: um elogio à associação em tempos de crise. 2004. 202 p .Tese (Doutorado em Economia). IUPERJ. Rio de Janeiro.

POCHMANN, Márcio. **Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites**. *Mercado de Trabalho*: conjuntura e análise, Brasília, v.9, n.24, p.23-34, ago. 2004.

Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade. **Trabalho Legal, Ilegal e “Alegal”**: novidades da dinâmica do mercado de trabalho no Brasil. São Paulo. Maio 2003.mimeo

Relatório do I Encontro Estadual de Empreendimentos de Economia Solidária. Junho 2004

Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE. Departamento de Qualificação. Ministério do Trabalho e Emprego. **Autogestão e Economia Solidária – Uma Nova Metodologia**. ANTEAG. 2004.

_____. **Criação e Instalação da Comissão Tripartite para Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres no Emprego**. Mimeo. s/d

Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES. Departamento de Estudos e Divulgação. Ministério do Trabalho e Emprego. **Termo de Referência do Sistema Nacional de Informações sobre Economia Solidária**. Brasília. 2004. 18 p.

_____. **Formação de Agentes de Desenvolvimento Solidário no Programa Economia Solidária em Desenvolvimento**. Brasília. 2004. 7p.

_____. **Agentes de Etnodesenvolvimento Solidário**. Brasília. 2004. 6 p.

_____. **Termo de Referência do Sistema Nacional de Informações sobre Economia Solidária**. Brasília. 2004. 18 p.

_____. **Sistema Nacional de Informações sobre Economia Solidária – Fase II: Manual de**

Entrevista. Brasília. 2004. 40 p.

_____. **Plano de Ação 2004**. Brasília. 2004.

_____. **Termo de Referência em Economia Solidária**: Plano Nacional de Qualificação 2003-2007. Brasília. 2005. 16 p.

_____. **Plano Nacional de Recuperação de Empresas pelos Trabalhadores em Autogestão – PLANTAG – Termo de Referência**. Mimeo. s/d. 10p.

_____. **Sistematização dos Relatórios de Avaliação das Ações de Economia Solidária nas DRT's em 2004**. 14p.

_____. **Sistema Nacional de Informações sobre Economia Solidária – Fase II – Manual de Entrevista**. Brasília 2004. 40p.

_____. **Centros Públicos de Economia Solidária – Termo de Referência em 2004**. 14p.

_____. **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES)**: Termo de Referência. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2004. 17p

SINGER, Paul. **A Formação da Classe Operária**: O que é a Classe Operária?: a classe operária no Brasil: a sua formação e reprodução. Atual, UNICAMP. São Paulo.1985.

_____. **Cooperativas de Trabalho**. Brasília, 2004. mimeo

_____. **Desenvolvimento solidário**: significado e estratégia. Brasília, 2004. mimeo 14 p

_____. **Em defesa dos direitos dos trabalhadores**. Brasília, 2004. mimeo

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a. 127p.

_____. **Um novo Projeto para o Brasil**. Mimeo. s/d

_____; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. 360 p.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ed. Ática, 2000

ANEXOS

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária Departamento de Estudos e Divulgação

Esplanada dos Ministérios – Bloco F – sala 331
Brasília – Distrito Federal – 70.059-900 – 61 317 6533 – senaes@mte.gov.br
SNIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

FORMULÁRIO I

IDENTIFICAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

1. Nome do empreendimento: _____

2. Endereço: _____

CEP: _____

3. Município: _____ **UF:** _____

4. Telefone: _____ **FAX:** _____

5. E-mail: _____

6. Pessoa de(para) contato: _____

7. CNPJ: _____

8. Forma de organização (resposta única):

Grupo informal

Associação

Cooperativa

Empresa autogestionária

Rede, Central de Associações, Complexo Cooperativo e similares

Outra: _____

9. Atividades econômicas do empreendimento (marcar as principais):

Extrativismo (pesca, silvicultura, exploração florestal, mineração, etc.)

Agricultura, agropecuária, agroindústria

Produção (indústria, artesanato, confecções, etc.)

Prestação de serviços (alimentação, consultoria, limpeza, serviços gerais, etc.)

Crédito / fundo rotativo

Consumo (bens de consumo, habitação, saúde, etc.)

Outra: _____

10. Número atual de participantes (assinale a alternativa mais conveniente):

Pessoas físicas associadas: _____

Famílias associadas: _____

Pessoas jurídicas associadas: _____

11. Ano de início do empreendimento: _____

Observações Gerais:

Responsável pelo preenchimento: _____

Data: ____/____/____

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária
Departamento de Estudos e Divulgação

Esplanada dos Ministérios – Bloco F – sala 331
 Brasília – Distrito Federal – 70.059-900 – 61 317 6533 – senaes@mte.gov.br
 SNIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

FORMULÁRIO II

IDENTIFICAÇÃO DE ENTIDADES DE APOIO, ASSESSORIA E FOMENTO A ECONOMIA SOLIDÁRIA

1. Nome da entidade:

2. Endereço:

CEP:

3. Município:

UF:

4. Telefone:

FAX:

5. E-mail:

6. Pessoa de(para) contato:

7. CNPJ: _____

8. Natureza Jurídica da organização (resposta única):

- OS - Organização Social(fundação ou associação de acordo com a Lei nº 9.637 de 1998)
 OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Lei 9.790 de 1999)
 Fundações privadas (ONG que assume a natureza jurídica de fundação)
 Outras Formas de Associação (ONG com natureza jurídica de associação, sociedade civil)
 Serviço Social Autônomo (Sebrae, SESCOOP, SENAR, etc.)
 Informal - Organização sem registro legal
 Outra:

9. A Organização tem algum tipo de vínculo ou está relacionada com (escolha única):

- Movimento sindical: sindicato, federação, confederação, central
 Igreja ou instituição religiosa
 Instituição de ensino, universidade, centro de pesquisa
 Federação de órgãos sociais
 Governo: órgãos, instituições governamentais
 Não possui nenhum tipo de vínculo

10. A Organização participa de alguma rede ou articulação?

- Não
 Sim. Qual?

11. Atuação da organização diretamente relacionada à economia solidária (múltipla escolha):

- Assistência técnica e gerencial (assessoria)
 Financiamento (micro crédito, fundos rotativos)
 Formação (capacitação, qualificação)
 Incubação
 Pesquisa, desenvolvimento de conhecimentos e tecnologias
 Articulação, mobilização
 Outra:

12. Qual a abrangência da atuação da organização na economia solidária? (escolha única)

- Municipal. Qual Município? _____
 Região do Estado. Quais Municípios? _____
 Estado. Qual Estado? _____
 Mais de um Estado? Quais Estados? _____
 Nacional

Observações Gerais:

Responsável pelo preenchimento:

Data: ____/____/____